

38º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

GT 21 - METAMORFOSES DO RURAL CONTEMPORÂNEO

**EM BUSCA DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA EM ALTO PARAISO DE GOIAS:
O café, o trigo veadeiro, as belezas naturais, a paisagem e os OVNI's**

Ana Lúcia E.F. Valente (UnB)

Introdução:

A Indicação Geográfica é instrumento de propriedade industrial de uso recente no Brasil. Apesar do seu reconhecido potencial de agregar valor aos produtos regionais e nativos como a farinha, a cachaça, os queijos e sucos de frutas, os custos organizacionais e o período de tempo necessário para a sua implantação têm dificultado um maior número de registros no país. De qualquer maneira, a certificação pode ser uma opção adequada para alguns produtos onde as comunidades produtoras estejam bem estruturadas e organizadas.

Atualmente, há várias IGs, sendo a primeira a do Vale dos Vinhedos (para o Vinho) no Rio Grande do Sul, na região de Bento Gonçalves, que recebeu o seu reconhecimento em 2002. As pequenas propriedades ou comunidades locais, de agricultores familiares, vistos como guardiões da diversidade biológica nacional, são responsáveis pela introdução de número expressivo de novos produtos nos circuitos comerciais podem ser beneficiários da certificação de procedência (IGs).

Acredita-se que produtos com certificação de origem¹ possam abastecer um nicho de mercado, que valoriza o produto elaborado de forma tradicional em uma determinada região. Essa dinâmica potencializa a estruturação de cadeias produtivas que após alcançar certo equilíbrio entre um determinado nível de demanda e de estruturação, tornam-se atraentes para novos empreendedores externos à agricultura familiar, que poderão intervir e apropriar-se dos valores mais expressivos ali gerados. As experiências realizadas indicam que o principal fator de manutenção dos espaços de mercados ocupados prende-se à solidez da organização social atingida que, por sua vez, influencia diretamente a qualidade das relações de mercado estabelecidas pelos grupos.

Seguindo a tendência que há muito se consolidou na França (VALCESCHINI, NICOLAS, 1995; DINIZ, 2004) de diálogo intenso entre as universidades e agricultores familiares, o texto apresenta resultados de uma pesquisa e intervenção acadêmicas sobre um processo de construção social da qualidade de produtos agroindustriais². A partir do

¹ A certificação de origem estabelece a diferenciação do produto a partir das características geográficas da região produtora e do material genético tradicionalmente utilizado, bem como aos tratos culturais e às práticas de beneficiamento, tratamento de pós-colheita e ao armazenamento. Os produtos da região certificada devem ser padronizados e ter característica única, inimitável, completamente diferenciada de outras regiões produtoras da mesma cultura. Porém, a certificação de origem requer uma rígida disciplina na produção e comercialização dos produtos, o que concede, por outro lado, mais garantia aos consumidores (LUNA, 2001).

² Foi desenvolvida a partir do final de 2010 ao início de 2013, ao longo de dois (2) anos e financiada pelo CNPq.

estudo de Jurema Campos (2008)³, foi estabelecido o direcionamento das atividades desenvolvidas, a partir da demanda real de agricultores familiares envolvidos⁴ com a produção do café e do trigo veadeiro em Alto Paraíso de Goiás que tiveram trajetórias diferentes. A intenção subjacente foi oferecer condições para que esses produtos tivessem condições de pleitear a indicação geográfica, como diferencial capaz de valorizar aquela produção. A certificação de origem foi percebida como uma das estratégias possíveis para a inserção, no mercado, do café da região.

O texto está dividido em quatro (4) partes, além dessa introdução. Na primeira busca-se, sinteticamente, apresentar a trajetória diferenciada das duas culturas tradicionais. Na segunda são destacados os diferenciais de Alto Paraíso que podem ser considerados importantes para a obtenção do instituto da IG para os seus produtos. Na seguinte, a partir das considerações finais da dissertação de Campos (2008), informa-se como foi conduzida a pesquisa/intervenção, dificuldades e resultados obtidos. Finalizando, retomam-se análises de pesquisadores que trataram da problemática envolvida nessa experiência de desenvolvimento. Em que pese os agricultores ainda não possuam todas as condições necessárias de organização social para pleitear a certificação dos seus produtos tradicionais estão seguindo a direção correta.

1) Trajetórias diferentes: café e trigo veadeiro

O café

A história do Brasil está interligada com a produção do café. Em toda a história brasileira, o café sempre foi considerado o maior gerador de riquezas e o produto mais importante no seu crescimento econômico. Em Goiás, a primeira referência ao cultivo do café naquele Estado, data de 1804, quando o governador passou a incentivar o cultivo agrícola em grande escala, deixando para trás a *febre do ouro*. (BAIOCCHI, 1983). Ao sair do período da mineração, a região tentou desenvolver-se com a agricultura e, principalmente, com a pecuária extensiva. Quando a atividade mineradora deixou de ser

³ As informações de cunho descritivo foram sustentadas no estudo dessa autora.

⁴ Foram utilizados procedimentos antropológicos para levantamento de dados e respeitadas as orientações metodológicas da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER (BRASIL, 2004)

um negócio rentável, a tradição agrícola de sua população foi direcionada ao cultivo de alimentos. No plantio diversificado empregavam-se técnicas rudimentares.

A produção de café, apesar de ter sido importante, já que era usada para troca por mercadorias de valor pelos agricultores, nunca foi quantitativamente significativa. Mas o produto continuou a ser utilizado, ainda hoje, para o consumo dos seus habitantes e dos visitantes, do mesmo modo como era feito por seus antepassados. O café é uma cultura cuja inserção na localidade seus moradores não sabem precisar, embora existam vagas referências aos escravos negros como cultivadores no período colonial. A memória coletiva (HALBWACHS, 1990) registrou que, desde a infância, o café já existia nos quintais. E sua produção nunca deixou de ser mantida, fazendo com que cada propriedade da região tenha pelo menos um ou dois pés de café ainda em produção.

Essa produção passou a ser foco de atenção, considerando que há um nicho muito peculiar de cafés especiais, representado pelos cafés orgânicos. É esse o segmento de mercado que mais cresce no mundo, chegando a uma taxa anual de crescimento de 500% (LEITE; SILVA, 2000). No Brasil, embora ainda pequeno, o mercado cresce anualmente cerca de 10% e muito apreciado por consumidores dos Estados Unidos, Europa, Austrália e Japão. Para Leite e Silva (Idem, p. 62), “os cafés especiais são aqueles que apresentam origem definida, não só de país, mas de local de produção, a fazenda ou a região”. Essa regionalização também associa o produto ao material genético tradicionalmente utilizado na região, ao clima e ao ecossistema, ao solo e à topografia, aos tratos culturais e às práticas de beneficiamento e de armazenamento locais. A qualidade da bebida é altamente influenciada, ainda, pelo manejo de pós-colheita. Um dos critérios utilizado mundialmente na busca de diferenciação de produtos agroindustriais é, segundo Luna (2001), aquele baseado nas características geográficas das regiões produtoras.

Com esse aumento na demanda do café orgânico e de origem definida, os produtores do município de Alto Paraíso de Goiás despertaram para a existência, em suas terras, de um café que se enquadra nesse tipo de mercado, tendo características de sabor, aroma e textura próprios da região. O café é produzido, tradicionalmente, de forma orgânica ou agroecológica e demonstra ser de uma variedade muito antiga, própria para a produção de café especial. Além de ecológico, também é produzido com responsabilidade social, pois se encontra especialmente cultivado em propriedades de agricultores familiares, sendo colhido e preparado de forma artesanal e com os cuidados de quem produz para o consumo de sua própria família.

Alguns dados coletados na região pesquisada no período de realização da pesquisa de Campos (2008) fazem parte de um dos planos de ação que compõem o projeto *Implementação de cafeicultura orgânica para agricultura familiar de Alto Paraíso de Goiás*, que continua a ser desenvolvido por pesquisadores do Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (CBP&D/Café)⁵. Esse projeto está incluído no Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (PNP&D/Café), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

O café na região é tão tradicional e antigo que moradores destacam algumas localidades onde eles afirmam que existe um café *nativo*. Uma dessas localidades é as margens do Rio São Miguel, onde está a Vila São Jorge, entre as cidades de Alto Paraíso e Colinas do Sul. Próximo a esta região, entre os anos de 1968 e 1970, aconteceu uma grande chacina de índios da tribo Avá-Canoeiro por jagunços contratados por fazendeiros da região, que reclamavam que os índios estariam matando seu gado. O massacre ocorreu em um local denominado “Mata do Café” (BRASIL INDÍGENA, 2006, p.8), devido à grande quantidade de plantas de café que existiam na região, principalmente no morro *de terras ricas*. Nos últimos anos, porém, muitos pés foram cobertos pelas águas da barragem da usina hidrelétrica de Serra da Mesa, cujas obras de construção foram iniciadas em 1986, inundando uma área de 1.784 km², e atingindo oito municípios do estado de Goiás: Minaçu, Campinorte, Campinaçu, Colinas do Sul, Uruaçu, Niquelândia, Barro Alto e São Luiz Norte (ANDRADE, 2002).

É em algumas propriedades às margens do Rio São Miguel onde está, segundo os habitantes, em maior quantidade, o café mais antigo da região. Provavelmente esses são os cafés brotados a partir dos que foram levados para a região pelos bandeirantes no século XIX. Árvores muito antigas foram encontradas na propriedade Volta da Serra, que fica a cerca de doze quilômetros da Vila de São Jorge.

⁵ O estudo de Campos (2008) deu continuidade à pesquisa iniciada pela Embrapa, onde trabalha, a fim de verificar a qualidade do café tradicional existente no nordeste goiano e pesquisar suas características e origens.

O trigo

Diferentemente do café, o trigo veadeiro passou por período de prosperidade econômica, entretanto teve abrupta interrupção produtiva.

Desde 1862 registra-se a existência do trigo veadeiro na região, quando atingiu uma safra recorde, mandando para o porto do Rio de Janeiro vinte toneladas para exportação. E essa produtividade mantinha-se expressiva, mesmo com alguns fatores negativos, como variações climáticas e de mercado (UDRY, 2007). O trigo era produzido por um único fazendeiro que o comercializava em várias cidades de Goiás, como Formosa e Anápolis, e para outros estados, como Bahia.

O cultivo do trigo foi introduzido na região da Chapada dos Veadeiros no século XVIII, por imigrantes egípcios. O clima temperado, graças à altitude e à sazonalidade das chuvas, próprio da ecorregião, permitiu que a cultura se tornasse um sucesso, resultando na construção de moinhos movidos a água. A adaptação secular do produto gerou uma variedade chamada veadeiros, que chegou a participar da Exposição Internacional na Filadélfia, Estados Unidos, em 1876 (EMBRAPA, 2008).

Na década de 1930, porém, o fazendeiro que vendia o trigo principalmente em Goiânia, ao comprar sementes para nova plantação, desconhecia o fato de estarem impregnadas de veneno. Por ocasião da colheita da produção resultante daquele plantio, foi realizada uma grande festa na região, que era um costume anual. Eram oferecidos de bolos, biscoitos, broas, feitas com trigo plantado e moído na região. Como o trigo estava envenenado os participantes da festa tiveram sérios problemas estomacais e intestinais. Ao tentar comercializar o trigo em Goiânia, os compradores, alegando excesso do produto já comprado de outras regiões, recusaram todo o lote. A partir de então nunca mais plantou trigo. O moinho foi desmontado em 1975, dois anos após a morte do fazendeiro.

O trigo veadeiro que havia desaparecido de circulação devido a uma série de fatores, como a perda da produção, por falta de transporte e compradores foi resgatado. A informação de que nas câmaras frias dos laboratórios da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, em Brasília-DF, sementes do trigo veadeiro estavam sendo conservadas a 20° C abaixo de zero, motivaram os agricultores da Cidade da Fraternidade a busca-las.

Essas sementes foram multiplicadas e, no dia 12 de maio de 2005, cem (100) unidades foram entregues a produtores da região para multiplicação e cultivo (PENTEADO *et. al*, 2006).

Tal é a importância dessas duas culturas tradicionais - o café e o trigo veadeiro - pois ambos estão representados o brasão da cidade:



Na análise de como os habitantes de Alto Paraíso de Goiás estavam buscando alternativas para a geração de renda e o desenvolvimento sustentável do município, considerou-se o desvelamento de valores (VALENTE, 2005), representados pela história, cultura e as tradições da região. A partir dessa perspectiva, o estabelecimento de uma estratégia mais eficiente de busca de mercado para o café - e também, futuramente, para o trigo veadeiro - pareceu ser viável, tendo em vista a experiência revelada no próprio trabalho concreto e na cultura dos produtores⁶.

2) Os diferenciais da região

O município de Alto Paraíso de Goiás está situado numa região caracterizada pelo bioma Cerrado⁷. Possui 2.593 Km² de área e abriga um total de 6.182 habitantes, sendo 2.003 na área rural, de acordo com os discutíveis critérios do IBGE (VEIGA, 2003).

⁶ Não por acaso, os itens de capital solicitados e aprovados pelo CNPq, foram utilizados para adquirir equipamentos para o beneficiamento do café que vinha sendo produzido na Cidade da Fraternidade: secadora, torrefadora, moedor, empacotadora.

⁷ O cerrado é um ecossistema que ocorre em dezesseis estados brasileiros, ocupando entre 20 a 25% da área total do país, ou mais de um milhão de quilômetros quadrados, mas que se concentra em: Minas

O fato de ser Área de Proteção Ambiental (APA) lhe confere perfil para a produção agroecológica⁸. A região nordeste de Goiás, por guardar as maiores riquezas naturais do estado, foi reconhecida pela UNESCO, no ano 2000, como Reserva da Biosfera do Cerrado Goyaz. No ano seguinte, o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros⁹ foi declarado Sítio do Patrimônio Natural Mundial, pelo mesmo organismo. O objetivo de sua criação foi preservar o Cerrado de altitude e a fauna local, a conservação ambiental, o ecoturismo, a pesquisa científica e a educação ambiental (IBAMA, 2006).

Para preservar a sua área limítrofe ao Parque, foi criada a Área de Proteção Ambiental - APA de Pouso Alto, “destinada a fomentar o desenvolvimento sustentável e a preservar a flora, a fauna, os mananciais, a geologia e o paisagismo da região de Pouso Alto, localizada na Chapada dos Veadeiros, neste Estado” (GOIÁS, 2007). Nessa APA na está inserido o município de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Teresina de Goiás, Colinas do Sul, São João D’Aliança e Nova Roma.

Apesar das dotações naturais do Estado que favorecem a exploração do turismo de natureza, possui problemas semelhantes aos da região nordeste brasileira, devido ao nível de pobreza da população, à escassez de água e a dificuldade de manejo do solo, e outros. Para Campos (2002), a região nordeste de Goiás é tratada de forma injusta porque, ao menos no nordeste brasileiro, existe o apoio à produção na agricultura por meio de incentivos fiscais, que possibilitam o crescimento e o desenvolvimento. A região nordeste goiana guarda os maiores problemas socioeconômicos de Goiás, e é reconhecida como a mais pobre do estado. A ela foi reservado o clichê de *corredor da miséria* (CARVALHO, 2004). Por sofrer principalmente com a falta de definição de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento local. Carente e necessitada de apoio governamental e empresarial.

Gerais (37,35 de sua superfície), Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (35,4%) e 73% em Goiás/Tocantins (UDRY, 2001). É considerada a savana mais rica do mundo em biodiversidade (IBAMA, 2007a).

⁸ Porém isso impõe aos agricultores novos desafios quanto ao uso de defensivos agrícolas inadequados, mas muitas vezes recomendados por agrônomos desavisados.

⁹ Em 1961, a partir da criação, o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros foi palco de conflitos em relação ao garimpo existente. Atraiu, por isso, ecologistas e ecólogos para a região, que consideravam os garimpeiros os verdadeiros *vilões* da preservação do meio ambiente. Porém, eram mais voltados para a produção de alimentos do que para a exploração.

Os OVNI's

As ideias de comunicação extraterrestre e a presença de objetos voadores não identificados (OVNIs) foram difundidas por habitantes de duas grandes propriedades privadas da região, o Solarión e a Flor de Ouro. Surgiram na década de 1980 a partir de movimentos migratórios alternativos e esotéricos (ATTUCH, 2006). Durante muitos anos o Solarión, onde se encontram as conhecidas cachoeiras Anjos e Arcanjos, explorou o turismo e a vida alternativa¹⁰. Pessoas com essa opção ainda hoje vivem no Moinho¹¹, que é uma das regiões mais conhecidas nas proximidades da cidade de Alto Paraíso de Goiás. Há ainda uma propriedade onde moram antigos participantes da comunidade *hippie*, cuja população raramente é vista e que não participa das atividades desenvolvidas no local. Produzem seu próprio alimento, usam roupas que eles mesmos confeccionam e vivem com o que têm na propriedade.

Algumas associações foram iniciadas no passado para tentar agregar os agricultores do Moinho em torno de um projeto comunitário, porém nenhuma se consolidou. As principais iniciativas foram a Amormoinho - Associação dos Moradores do Moinho, e a ASFLO - Associação dos Catadores de Flores do Cerrado. A primeira foi criada especialmente para a realização de projeto para a montagem de viveiro de ervas medicinais e árvores frutíferas, iniciado em 1997 e finalizado em 2005.

Misticismo

Desde meados dos anos 1980, a repercussão sobre o caráter místico de Alto Paraíso de Goiás atraiu muitos religiosos, místicos e esotéricos em busca do *éden terrestre*. A natureza mística da região é defendida com diferentes argumentos. Afirma-se, por exemplo, que o primeiro indicador vem com o sonho de Dom Bosco, cujos relatos históricos datam de 30 de agosto de 1883: “Quando se vierem cavar as minas escondidas

¹⁰ Suas atividades foram bruscamente interrompidas com o trágico assassinato da proprietária e de sua filha por um trabalhador da propriedade.

¹¹ Foi assim chamada devido a um grande moinho de trigo que existia na fazenda que passou a pertencer a João Bernardes Rabelo, figura muito conhecida da região, fazendeiro que foi deputado e prefeito do município, e que começou a plantar trigo em 1940 em grande escala, a quem se fez referência anteriormente.

em meio a estes montes, aparecerá aqui a terra prometida, que jorra leite e mel. Será uma riqueza incontestável. Isso acontecerá antes que passe a segunda geração. ...Um lago largo e comprido” (CAMPOS, 2002, p. 23).

Conforme pesquisou Campos (2008),

Apesar de alguns autores atribuírem essa *terra prometida* à cidade de Brasília, Campos (2002) acredita que o *lago largo e comprido*, ao qual faz referência o texto, seria o da Usina de Serra da Mesa, próximo ao município de Alto Paraíso de Goiás, e o término da segunda geração seria no ano de 2010. Segundo o autor, outras duas profecias complementarizam a de Dom Bosco: a de um autor francês, A. Cassert, falecido em 1945, denominada *Profecia do Plenilúnio*; e a atribuída a André Luiz, tendo sido psicografada por Francisco Cândido Xavier em 1952 (CAMPOS, 2002). O autor também complementa com outras teorias, como a de que na região da Chapada dos Veadeiros estaria o *chacara* cardíaco do planeta, o coração da mãe Terra¹². Outra seria a afirmação de um jovem físico nuclear de que um canal iluminado por cristais liga a região de Alto Paraíso a Machu Picchu e às pirâmides do Egito; as afirmações da ocorrência, ali, em outras dimensões, de cidades e civilizações subterrâneas; e a existência, ainda, de canais ou portais dimensionais, ou seja, pontes entre o mundo físico e o espiritual; além de muitas outras evidências citadas pelo autor.

Para outros autores, como Siqueira; Bandeira (1998), o misticismo envolve todo o Planalto Central, inclusive a cidade de Brasília. A crença é de que existiria um *Paraíso Perdido* pela humanidade, mas que poderá ser reencontrado no terceiro milênio. E precisamente na região de Alto Paraíso ocorreria a *passagem*: o encontro dos indivíduos consigo, um novo homem, para o novo tempo, por meio de cantos, meditações, retiros, até a eliminação do ego-humano.

De acordo com Campos (2008)

A reunião das teorias místicas e espiritualistas culminou com crença de que, com a passagem para o ano 2000, o mundo entraria em colapso, quando restariam apenas poucos lugares possíveis de se viver na Terra, entre eles a região da Chapada dos Veadeiros. Esta crença fez com que vários religiosos, místicos, espiritualistas, e outros crédulos na teoria se dirigissem à região nos anos que antecederam àquele de 2000. Porém, o mundo não acabou naquele ano, mas o caráter místico, esotérico e espiritualista do turismo da região foi, em grande parte, perdido,

¹² Essa referência, segundo o autor encontra-se na página 219 do livro *Águias Terrestres Uma Missão Planetária*, de Ergom (CAMPOS, 2002, p. 39).

fazendo com que diminuísse em muito o fluxo de pessoas para o município de Alto Paraíso de Goiás.

Alto Paraíso passou a sofrer com o desemprego, o desestímulo e o empobrecimento de seus habitantes, especialmente aqueles que até então trabalhavam com o turismo ecológico e místico. Outros dois fatos, também repercutiram negativamente à época: a morte de um jovem por febre amarela após passar alguns dias no município, que provocou apreensão e medo nos visitantes e o assassinato da filha do proprietário da fazenda Solarión.

Houve, então, um grande deslocamento do turismo de Alto Paraíso de Goiás para outras regiões do Centro Oeste com características similares do ecossistema Cerrado. Isso exigiu que fossem buscadas outras fontes de recursos alternativas capazes de trazer melhor qualidade de vida para o município e seus habitantes, da área rural e urbana. A tradição agrícola da região foi lembrada e reinventada (HOBSBAWM, 2006).

Hoje, Alto Paraíso de Goiás possui 100 produtores rurais registrados no Sindicato Rural, dos quais cerca de 70% são de agricultores familiares. A produção agrícola na região é dificultada por vários motivos. Os principais são decorrentes de ser Área de Preservação Ambiental – APA e a dificuldade em contratar trabalhadores rurais atualmente na região, devido ao alto preço cobrado pela mão-de-obra e a legislação trabalhista. Com a retomada do ecoturismo, um número expressivo de trabalhadores abandonou as atividades agrícolas. Também a maioria das terras não é demarcada, muitas resultantes de doação¹³, o que dificulta a obtenção de financiamento para a produção.

A Cidade da Fraternidade

Definida a construção da nova Capital Brasileira, a partir de 1959, muitos grupos espíritas kardecistas começaram a receber orientações espirituais no sentido de se deslocarem para o Planalto Central. A poucos quilômetros de Alto Paraíso, em 1963, foi

¹³ Donos de grandes extensões de terras costumavam doar parte delas aos seus mais fiéis empregados. A grande maioria formada por negros, antigos escravos ou descendentes de escravos, cuja presença foi bastante expressiva.

iniciada a construção da Cidade da Fraternidade que passou a atuar no amparo a crianças órfãs e abandonadas. 2.544 hectares foram doados em regime de comodato com o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

A Cidade da Fraternidade é uma das áreas de produção agrícola da região, que cultiva principalmente o café, trigo, arroz, milho e cana. Foi dividida em terrenos de 40 a 100 hectares, onde são plantados os alimentos. Dez por cento é doado para a Cidade, para alimentar as crianças e os jovens que ali vivem. Em grande parte, as atividades da pesquisa/intervenção foram ali desenvolvidas.

Na região que se estende da cidade de Alto Paraíso até São João D'Aliança existem os produtores que chegaram ao município após a construção de Brasília, mas também moram muitas famílias de agricultores tradicionais que ali produzem com mão de obra familiar os alimentos e os produtos para o sustento dos filhos que, geralmente, estudam ou trabalham nas cidades próximas. Os produtores estão localizados em áreas tais como Piçarrão, Bandeira, Posse e Cidade da Fraternidade, algumas denominações, provavelmente surgidas a partir dos nomes das grandes fazendas existentes ali no passado e que foram, com o tempo, divididas.

3) A pesquisa/intervenção

Dentre as recomendações finais de Campos (2008) que nortearam a pesquisa/intervenção destacam-se:

- Desenvolver a ruralidade por meio da sinergia entre a agricultura e os outros setores da economia local, sejam eles o turismo, o artesanato ou mesmo a conservação sustentável do meio ambiente, de forma a explorar as vantagens comparativas do território como um todo;
- Criar uma estratégia para que a qualidade do café que produzem seja melhorada em todo o processo de produção, podendo estabelecer uma forma de beneficiamento e industrialização do produto por meio de uma cooperativa de produtores, como já é praticado em outras regiões produtoras de café no país;
- Definir regras coletivas de padrão de qualidade do produto e dos serviços que são prestados na região a serem seguidas por todos os agricultores de forma que, ao

comercializar seu produto ou prestar um serviço, o grupo seja monitorado, mediante indicadores de desempenho e que sanções sejam aplicadas àqueles que se desviarem dos padrões definidos;

- Estabelecer incentivos que perpetuem o processo de produção e comercialização do produto bem como a prestação dos serviços. Devem partir do grupo de produtores as propostas de continuidade dos incentivos que busquem a sustentabilidade das atividades desenvolvidas por meio da autogestão eficiente, e não de uma organização externa ao grupo;
- Valer-se de uma associação de produtores, uma cooperativa, ou outra forma de união, que promova o fortalecimento dos agricultores familiares na busca de estratégias coletivas.

A partir dessas informações prévias, definiu-se aquela localidade como *loci* da pesquisa desenvolvida de 2010 a 2013, sobre a possibilidade de pleitear a IG para o café – na medida em a produção de trigo veadeiro deveria ser consolidada. Foram seus objetivos:

- Informar e sensibilizar agricultores familiares de Alto Paraíso de Goiás para a organização, com vistas a certificar sua produção de café orgânico e futuramente o trigo veadeiro;
- Desencadear processo social de construção de marca e da avaliação para esses produtos, visando à futura certificação;
- Divulgar os benefícios e as promoções geradas pela inserção das Indicações Geográficas nos inúmeros ramos de produções brasileiras.
- Incentivar a adoção de práticas visando à promoção e proteção de produtos desenvolvidos a partir do cultivo e/ou extrativismo de componentes da diversidade biológica que, geralmente, incorporam conhecimentos associados a manejo, propriedades, beneficiamento, processamentos e usos.
- Colaborar com dados que permitam construir políticas públicas voltadas para a geração de renda e melhoria das condições de vida e alimentação das comunidades locais, tradicionais e indígenas, detentoras da biodiversidade agrícola.

O trabalho de campo foi iniciado pela equipe de pesquisadores e alunos bolsistas com visitas a Alto Paraíso de Goiás (GO) para o conhecimento da situação *in loco*. A partir do diálogo com os produtores familiares que foram integrados a todas as etapas de pesquisa e intervenção – concepção das atividades a serem desenvolvidas, execução e a construção do projeto de certificação. Procurou-se incentivar o protagonismo dos envolvidos, tendo em vista que finalizado o tempo da pesquisa teriam que tomar suas próprias decisões. Assim, em termos operacionais, os encontros iniciais promovidos com agricultores tiveram a intenção de explicar os objetivos do projeto e conhecer o seu interesse em participar na execução de atividades necessárias e previstas, a partir do conhecimento que tinham de sua realidade. Visitas técnicas às propriedades foram feitas para o diagnóstico inicial.

Com vistas à indicação geográfica (IG), os pés de café mais antigos da região foram analisados de forma a que pudessem servir de matriz para mudas. Isso se mostrou inviável tanto pela quantidade de pés quanto por sua qualidade, pois além de terem uma produção inferior à desejada pelo projeto, não estavam em condição suficiente para que o pedido de IG fosse efetivado. Mas não foi abandonada a ideia de recuperar e valorizar os pés de cafés orgânicos dos “quintais”. Mesmo porque o café que vinha sendo produzido na Cidade da Fraternidade passou a ser beneficiado, com o maquinário disponibilizado. Através da Cooperativa dos Produtores Rurais de Alto Paraíso, foi então encaminhado ao INPI pedido de certificação de marca¹⁴. Contudo, naquele momento, era preciso dar uma solução de continuidade ao projeto.

A partir da avaliação das reais condições para o desenvolvimento das atividades, foi decidido e passou-se a utilizar mudas certificadas das variedades catuaí vermelho e catuaí amarelo adquiridas no Distrito Federal. Tão logo adquiridas, as mudas foram primeiramente acondicionadas no Sindicato dos Produtores Rurais de Alto Paraíso. Após

¹⁴ De acordo com a Lei 9.279/96 – que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial -, artigo 123, incisos II e III, considera-se:

II - marca de certificação: aquela usada para atestar a conformidade de um produto ou serviço com determinadas normas ou especificações técnicas, notadamente quanto à qualidade, natureza, material utilizado e metodologia empregada; e

III - marca coletiva: aquela usada para identificar produtos ou serviços provindos de membros de uma determinada entidade.

cinco dias, foram distribuídas aos produtores que demonstraram interesse, **mediante a assinatura de termo de compromisso** (grifo meu) com a informação sobre as propriedades onde as mudas deveriam ser estabelecidas e a quantidade de mudas que cada produtor ficaria responsável pelo desenvolvimento. Também foram comprados alguns insumos necessários ao desenvolvimento das mudas, como KCl e adubos formulados, que tiveram suas doses previamente calculadas e indicadas aos produtores, visando a utilização na cova durante o plantio, além de especificações sobre adubação foliar para um melhor desenvolvimento das plantas.

Visando os pés de café existentes, foram adquiridas máquinas para beneficiamento dos grãos de café, como mencionado (nota 6), primeiramente armazenadas na padaria da Cidade da Fraternidade e posteriormente na casa do cooperado Isaú – neste caso devido à demanda de energia elétrica das máquinas. Trata-se de descascador, moedor e torrador, que já foram utilizados com grãos de pés antigos da região e serviram como base para um bom estabelecimento dos parâmetros de uso, principalmente do torrador. Neste caso, com tempos de torra diferente foi possível decidir o melhor ponto para um bom comprometimento com o sabor sem deixá-lo excessivamente forte e amargo, além de já ser uma forma de incentivo aos produtores locais.

Para aprofundar o conhecimento do terreno da região e estabelecer maior aproximação com os produtores foram feitas coletas de solo com o objetivo de adequar as melhores formas de adubação de cobertura para cada área. Pode-se, assim, estabelecer o esboço de um mapa de solos para a região. Nove propriedades foram visitadas e amostras da camada de 0 a 20 cm do solo foram retiradas, de forma composta, para que posteriormente a análise fosse realizada em laboratório especializado próximo, no caso, o Laboratório Nativo, locado na cidade de Formosa, Goiás. A partir dos resultados obtidos da coleta foi possível traçar um tratamento adequado ao solo e a forma correta de manejo e adubação. Desta forma, as mudas que já haviam sido plantadas foram trabalhadas com os insumos adquiridos pelo projeto e a partir do interesse e trabalho dos próprios produtores.

Com a parte de plantas e insumos já estabelecida, foi iniciada a jornada de reuniões e visitas técnicas com os produtores, visando selecionar aqueles que mais possuíam afinidade e capacidade para aderir o projeto. A partir de então, várias visitas de campo foram realizadas, quando foram realizadas entrevistas com os produtores, seleção

de áreas e levantamentos sociais, culturais e econômicos, ajudando a estabelecer um panorama mais específico da região e indicar melhores soluções para médio e longo prazo, pois a cultura do café exige pelo menos cinco anos para que esteja estabelecida.

Além dessas visitas individuais também foram feitas reuniões com grupos de produtores, visando uma maior integração entre interesses e formas de trabalho. Tais reuniões, mesmo que, no início, tenham se mostrado pouco produtivas, em seguida demonstraram servir para estabelecer um melhor conjunto de soluções entre os próprios produtores. Foram feitas discussões relativas a medidas antigas que tiveram sucesso e também sobre aquelas que não obtiveram êxito.

Nesses encontros foi possível resgatar a memória agrícola da região, algo que já vem sendo feito há alguns anos pelo cooperado Sinomar, que é um antigo morador da região. Conhecedor do local e dos produtores, além de ser presidente da COOPERFRUTOS (Cooperativa Frutos Paraíso), tem como objetivo resgatar algumas tradições locais e unir mais os produtores familiares locais, para que possam ter mais renda em conjunto com fins lucrativos aos produtores, que isoladamente tem menos chance de conseguir traçar alguns objetivos de produção.

Percebeu-se a necessidade hídrica em várias propriedades, pois, para que qualquer cultivo pudesse ser estabelecido, haveria necessidade de água para irrigação. Um antigo canal poderia ser utilizado para tal fim. Esse canal possui aproximadamente 7 km de extensão. Porém, encontrava-se, em boa parte, bastante degradado, e em algumas localidades intransponível, seja por assoreamento ou por crescimento de plantas, impossibilitando a condução hídrica. Desta forma, decidiu-se que seria prioritária a reforma do canal em toda sua extensão, considerando a necessidade e urgência dos produtores em poder utilizar o recurso hídrico. Para isso foi realizado um levantamento por GPS, que também serviu para saber qual a extensão do canal que cada produtor possuía em sua propriedade.

Após esse mapeamento foi dado início aos trabalhos de recuperação, a partir de um planejamento de recuperação do canal sugerido por um produtor da região, que fez parte de sua construção inicial há alguns anos. Assim, quando o plano passou a ser executado, o projeto inicial foi usado como base para a revitalização. Os dados anteriormente coletados possibilitaram um prévio ajuste de gastos relativos à mão de obra utilizada.

Com água sendo fornecida em boa quantidade procurou-se definir como seria feito o cultivo do café. Para isso especulou-se a reforma de um antigo campo experimental que se encontrava na Cidade da Fraternidade. Mas a ideia foi logo abandonada, devido ao péssimo estado em que se encontrava o referido campo. Tratava-se de um antigo experimento idealizado pelo professor Paulo Lima, da EPAMIG, membro de nossa equipe, que deveria ter sido mantido em condições de uso pela comunidade da Cidade da Fraternidade. Apesar de ser algo que não necessitaria de grande empenho, tal experimento foi abandonado, com tomada de mato, morte de plantas e total desvio de suas propostas originais. Em razão do descontentamento do pesquisador e de sua decepção com o desinteresse comunitário, Paulo Lima se afastou do projeto. Outra razão foi a falta de recursos públicos que viabilizasse suas viagens de Belo Horizonte à Alto Paraíso, porque aqueles disponibilizados pelo projeto não seriam suficientes para garantir seus deslocamentos.

Para a equipe, a falta de interesse e de compromisso com aquele experimento levou ao questionamento sobre o futuro e a viabilidade da implantação de novos pés de café na região. Sobretudo porque poderia configurar-se como desperdício de recursos públicos. Em face dessa preocupação, nova rodada de conversas foi estabelecida, individualmente, com os produtores. Era imperativo saber quem realmente estaria comprometido na participação do projeto. Estabelecida a responsabilidade de cada produtor, as atividades programadas foram retomadas.

Com intuito de realizar um pequeno experimento com café irrigado e demonstrar a viabilidade desse tipo de cultivo aos produtores, foram adquiridas mangueiras de irrigação para montagem de um sistema por gravidade em uma das propriedades, utilizando uma caixa d'água oriunda de outro projeto que havia sido implementado na região, no caso o projeto PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável). As mangueiras foram montadas como linhas principais, sendo que as secundárias e responsáveis pela irrigação de fato eram do tipo santeno, ou seja, funcionando por gotejamento. Sabe-se que é um dos métodos mais comuns na agricultura familiar, principalmente por famílias que se utilizam da produção de café em pequenos terrenos, pois a irrigação torna-se mais efetiva, minimizando custo com água e com material. Ocorre a melhora as condições das plantas, já que mantém a umidade da cova em uma quantidade otimizada para o desenvolvimento radicular e a falta de água em alguns

pontos do cultivo pode ser facilmente visualizada com uma simples caminhada pelo cafezal.

O referido experimento de café irrigado se mostrou de grande valia ao indicar a maior presença de patógenos nos pés mesmo com pouca cobertura vegetal, o que não era o esperado. Foi então definido um maior cuidado com a quantidade de cobertura morta a ser colocada em cada pé. Ainda não foi identificado o motivo de ter ocorrido isso, porém para fins de preservação das plantas, a quantidade de palhada foi reduzida, o que também não gerou maiores quantidades de perdas hídricas ou menor aproveitamento da irrigação.

Com o visível êxito que o projeto iria alcançar, porém com sua finalização próxima, se buscou outros meios para continuar com os trabalhos e manter o projeto em funcionamento pelos próximos anos. Para tanto, buscou-se um convênio com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento- MAPA, através de uma reunião com os produtores e técnicos para discutir o que poderia ser feito. Nessa reunião foi exposto o que já havia sido feito e o que estava planejado para os próximos anos, tanto na parte técnica quanto nos aspectos sociais. A solução encontrada naquela ocasião foi buscar um novo incentivo para o estabelecimento da cultura cafeeira na região. Afinal, em décadas passadas, a região também foi uma grande produtora o café, constituindo-se em motivo de orgulho para os moradores, ao ponto de ramo de café estar presente no brasão da cidade. Assim como o trigo.

O trigo veadeiro, mesmo sem o apoio do MAPA, continuou sendo trabalhado e reproduzido pelo produtor Sinomar, que aproveitou parte da água do canal para isso; e pelo produtor Virgílio que, voluntariamente, se dispôs a tentar reproduzir o trigo dentro de sua propriedade. Apesar de ser um esforço quase solitário, aos poucos o Sr. Sinomar está conseguindo disseminar novamente a cultura do trigo entre os produtores, mesmo que os primeiros resultados, devido ao tipo de armazenagem, não tenham sido dos melhores. As sementes foram acondicionadas em garrafas plásticas fechadas e, por isso, parte delas ficou inviável ao plantio.

A reprodução do trigo não foi efetiva num primeiro momento, entretanto a segunda geração já obteve uma maior porcentagem de germinação. Tal esforço deve ser reconhecido, pois se trata, provavelmente, da única tentativa de viabilizar tal espécie de trigo, visto que sua existência na EMBRAPA dá-se apenas para preservação no banco de germoplasma, sem nenhum projeto com o objetivo de produção em larga escala atualmente. Sobre o trigo, ainda deve-se ressaltar um aspecto bastante específico do

município de Alto Paraíso de Goiás. Por tratar-se de uma região com muitas reservas e relevante – e exacerbado – interesse ecológico, há uma grande população de pássaros, muito superior a de outras regiões rurais próximas, como São João D’Aliança e São Gabriel. Desta forma, o cultivo de trigo, arroz e outros cereais encontram um grande empecilho que foge ao alcance dos produtores familiares: o ataque de pássaros. Todavia, há uma linha de reflexão entre os produtores que, caso a área plantada seja maior, a quantidade de pássaros que se alimentam de trigo não se torne suficiente para comprometer a colheita ou causar prejuízos significativos.

Desde aquele momento, para manter uma base de maior produção de trigo a ser beneficiada e dando continuidade a um trabalho já iniciado pelos produtores, foi adquirida uma pedra de moinho para ser instalada em um pequeno moinho de madeira que se encontrava na sede da cooperativa. A localização de tal pedra foi feita por representante da própria cooperativa, visto que não havia nenhum relato de artesãos na região capacitados para a confecção da peça. A montagem ocorreu sem problemas e, mesmo que a produção ainda seja pequena, o artefato já se encontra funcionando perfeitamente. Com isso se espera aumentar o interesse dos produtores pela produção trigo veadeiro, já que agora existe uma máquina capaz de beneficiar e agregar valor ao produto. Passa a ser mais uma alternativa para os produtores familiares conseguirem adquirir verba, além de ser um produto que tem uma alta aceitação no mercado. Mesmo a pequena quantidade produzida vem sendo procurada por consumidores, demonstrando o grande potencial que o produto pode ter.

Apesar de ser uma região rural já com séculos de história, o crescente interesse pela preservação pura e simples, sem amplos estudos prévios, acabou por criar uma situação na qual os campos produtivos se tornaram “invasores” dentro das reservas ambientais. De acordo com os engenheiros agrônomos que compuseram a equipe de pesquisa, o agravante é não contar com o auxílio dos órgãos responsáveis – os poucos que funcionam e lutam para não ocorrer ampliação das reservas – e muito menos ter algum respaldo na opinião pública, cada vez mais alienada através de dados distorcidos ou mal interpretados. Caso tal política continue, a produção rural no município de Alto Paraíso de Goiás, assim como em outros que sejam vizinhos de grandes reservas, se tornará inviável, servindo apenas como vitrine para turismo ecológico e outras atividades que em nada são próximas ao objetivo original das áreas produtivas originais. Da mesma

forma os produtores serão gravemente afetados, devendo migrar para outras regiões ou mudar seu ramo para outras formas de trabalho.

Além disso, no caso específico de Alto Paraíso de Goiás, a dependência de capital externo para a economia do município já se mostrou desastrosa há alguns anos, quando um caso de febre amarela ganhou o status de epidemia e levou a uma quase ausência de fluxo de turistas para região, como se relatou anteriormente. A economia foi abalada fortemente, mostrando o quanto uma menor dependência externa se faz necessária. Isso poderia ser alcançado com um maior incentivo aos produtores rurais locais, para que não se tornem dependentes de turistas que visitam esporadicamente, a região, e que nem sempre podem gerar a verba necessária ao sustento das famílias que vivem nas localidades.

O projeto obteve bons resultados. Foi possível estabelecer relação de confiança com a maioria dos produtores e um pensamento de união entre eles, mesmo que alguns, devido a experiências passadas, ainda possuam um pouco de receio em confiar sua fonte de renda a outras pessoas. Não se trata apenas de implantação de pequenas áreas de cultivo, mas de uma forma de estabelecer uma boa produção e ajudar a manter um PIB na região, menos dependente de fatores externos, diminuindo a oscilação e riscos para a economia do município oriundos de ondas de turistas. Dito isso, é possível continuar a desenvolver o bom trabalho, que lá está sendo feito, desde que sejam garantidos recursos suficientes.

Apesar de todos os problemas e empecilhos que se observou no decorrer do desenvolvimento da pesquisa/intervenção, nota-se explicitamente a falta de interesse das autoridades governamentais. Para os produtores, iniciativas como a desenvolvida são motivadoras e despertam seu interesse. Passam a ser criadas expectativas entre muitos deles que sonham com uma realidade na qual possam finalmente se sustentar pelo rendimento da terra.

De acordo com meus alunos bolsistas agrônomos em seu relatório final, sem os quais teria sido impossível desenvolver essa pesquisa/ intervenção:

[...] erguer a economia da região, criar uma realidade sustentável e levar à sociedade brasileira e quiçá, mundial, o conhecimento dessa experiência – através do registro da marca e futuramente de IG - é algo que deve ser feito como forma de instrução para futuros empreendimentos, de forma a mostrar que é possível manter o homem no campo. Sem que isso se dê pela implementação de políticas

assistencialistas ou somente em grandes propriedades, estimulando a agricultura patronal. Além disso, uma boa parte das tradições oriundas do panorama rural que se mantém através de gerações estaria salva, evitando uma perda irreparável e que já foi observada em outros lugares e comunidades, hoje lembradas apenas por poucos registros históricos. Dessa forma, percebe-se que não é apenas nos âmbitos econômico e social que esse projeto tem relevância, mas também no cultural, o que acaba por se tornar uma forma de preservação e até mesmo resgate de tradições brasileiras.

Como já havia sinalizado Campos (2008), também todos aqueles que deram prosseguimento ao que por ela foi sinalizado, têm a percepção de que, em Alto Paraíso de Goiás, os projetos de resgate cultural através do cultivo de café e trigo ultrapassam a intenção de simplesmente mostrar aos produtores formas alternativas de obter renda. Trata-se de um resgate das tradições locais, que tem por objetivo fazer com que o orgulho regional volte a ter uma vigor maior. E as famílias possam ser mais independentes dos visitantes e turistas e com a possibilidade de gerar um futuro melhor para as próximas gerações nas questões de educação e oportunidades de viverem com melhores condições de vida.

Conclusões

O exercício proposto por essa pesquisa/intervenção sinaliza que muito deverá ser feito para que o diálogo permanente entre universidades e agricultores familiares, no Brasil, se efetive. Certamente, não se esperava encontrar iguais condições que vêm sendo desenvolvidas entre os franceses (ABRAMOVAY, 2002). Mas houve evidente transformação das formas organizativas dos agricultores familiares em Alto Paraíso. Contudo, sem que a regulamentação e o apoio governamental – para além da execução de projetos de pesquisa aprovados em editais do CNPq, com avaliações pertinentes – será impossível dar-se continuidade e incentivo a esse processo. Muito pouco se poderá avançar. Não por acaso, as IG's no Brasil concentram-se nas regiões Sul e Sudeste.

Reafirma-se o que vem sendo discutido há muito por pesquisadores brasileiros, no tocante às características presentes naquele município, para deslanchar um processo de desenvolvimento. Sabe-se que ecossistemas preservados têm sido valorizados em todo o mundo. Meio ambiente e biodiversidade preservados passaram a ter importância

econômica, como afirmado por Favareto (2007, p. 196/197), para quem os recursos naturais passaram

[...] do privilégio à produção de bens primários a uma multiplicidade de possibilidades, onde se destacam aquelas relativas à valorização e aproveitamento das amenidades naturais, à conservação da biodiversidade, e à utilização de fontes renováveis de energia.

Os agricultores familiares são pluriativos (SCHNEIDER, 2005). A ocupação principal está vinculada às atividades não agrícolas, tais como o emprego em estabelecimentos comerciais e domésticos nas áreas urbanas e a exploração da propriedade para o turismo e a conservação da natureza. Mas a produção em pequena escala aliada à agricultura familiar pode tornar-se uma vantagem estratégica, na perspectiva de Wilkinson (2004).

A produção tradicional é uma característica que também pode ser considerada atributo de qualidade do produto, a partir de uma construção social do mercado (THÉVENOT, 1995). Nessa perspectiva, ganham importância as estratégias que levem em consideração o *desvelamento* dos valores locais (VALENTE, 2005). Ou seja, tirar o véu que atualmente esconde as tradições, o cultivo ecológico e tradicional desse produto e a cultura mística e esotérica da região. Essa inserção é possível a partir do momento em que se considera o mercado como uma estrutura social (STEINER, 2006), formado a partir da relação e confiança entre os atores que dele participam, além da história e da coordenação social existentes no próprio mercado, com suas estruturas, conflitos e dependências (ABRAMOVAY, 2007).

A criação desse mercado deverá vir como resultado de um trabalho de coordenação da própria comunidade sobre si mesma, não sendo, portanto, um resultado espontâneo (STEINER, 2006). E deverá levar em consideração os fatores relacionais, políticos, culturais e outros que intervêm na sua formação, paralelamente aos fatores econômicos. Nessa construção, é preciso levar em considerações as referências comuns, tais como a origem do café no território no caso de Alto Paraíso, a forma de produção e os atributos do produto, e os atores sociais que participam do processo (THÉVENOT, 1995).

É a resistência à participação em associações, conforme Singer (2004), que traz como consequência a exclusão dos pequenos produtores do agronegócio. Problemas relacionados à política partidária local, tanto entre representantes de partidos antagonistas de um mesmo município, quanto entre os municípios componentes da região observada, é outro fator que dificulta o estabelecimento de um planejamento integrado de desenvolvimento local. Esses problemas, ligados à baixa capacidade de mobilização social e a escassa tradição “associativista” colocam-se como grandes entraves para o desenvolvimento rural da região (NAVARRO, 2001).

Para evita-los, conforme Favareto e Schroder (2007), as articulações para o desenvolvimento rural devem considerar a *coerência* entre as instituições para o desenvolvimento territorial e as estruturas sociais existentes nos espaços em que são formadas. Elas responderão pela configuração da política e da economia local. Também a *complementaridade* das instituições que orientam a conduta dos agentes individuais e coletivos deve ser considerada nesses espaços, capazes de influenciar substantivamente as regras do jogo social local.

No tocante à região estudada, deduz-se que a atividade econômica mais expressiva é, ainda, a relativa ao turismo ecológico ou místico. Assim, a atividade agrícola deverá trabalhar em estreita relação tanto com o turismo quanto com as outras atividades relacionadas ao território, tais como a conservação, o lazer, a residência.

Conhecer como as ações voltadas para o planejamento e desenvolvimento do território devem traduzir as aspirações das populações locais é importante, verificando junto aos habitantes da região quais os projetos que eles estão dispostos a realizar. Quando essas ações forem partilhadas - por atores públicos e privados, nacionais, regionais, ou locais, ligados por meio de parcerias - **poderão ser produtoras e redistribuir de riquezas para todo o território** (grifo meu; SABOURIN; TEIXEIRA, 2002).

Devem-se considerar os significados presentes na dimensão simbólica, da qual o brasão de Alto Paraíso de Goiás é apenas uma expressão, que evoca sentidos sobre a identidade de quem produz o território e que os diferencia. Por esse motivo, os projetos a serem desenvolvidos na região devem incorporar a abordagem territorial de desenvolvimento (VEIGA, 2003). Devem ser elaborados de forma a potencializar as

habilidades locais por meio da integração dos municípios que compõem o território, buscando envolver tanto as comunidades que habitam os municípios quanto as organizações que atuam na região.

Essa articulação envolve entidades públicas federais, estaduais e municipais, ONGs, associações de produtores e empresários, além das lideranças locais. Por meio dessa articulação é possível buscar o planejamento de ações de desenvolvimento integrado da região e o desenvolvimento de projetos sociais, de forma a que juntos todos os atores possam captar os recursos e os meios necessários à sua execução.

O Estado e a sociedade civil, porém, têm dificuldade em operar a mudança de paradigma contida na construção dessa *nova ruralidade*. Assim, o discurso, as políticas e os programas que buscam o desenvolvimento rural nem sempre incorporam os novos temas e práticas. Com frequência, acabam por colocar apenas nova roupagem nos velhos valores e práticas adotados anteriormente, reduzidos à dimensão setorial dos seus aspectos agrícola e agrário (FAVARETO, 2007). Pior: não oferecem condições de continuidade a projetos inovadores. Paciência...

Referências

ABRAMOVAY, R. Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. *Revista de Sociologia da USP*. v. 16, nº 2. 2007.

_____. Subsídios e multifuncionalidade na política agrícola europeia. *Revista de Economia Rural*, vol. 40, nº 2:235-264, abr/jun 2002.

ANDRADE, S. M. de. *O patrimônio histórico arqueológico de Serra da Mesa: a construção de uma nova paisagem*. Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2002. (Tese de Doutorado)

ATTUCH, I. M. *Conhecimentos tradicionais do Cerrado: Sobre a memória de Dona Flor, raizeira e parteira*. Brasília: ICS/Universidade de Brasília, 2006. (Dissertação de Mestrado)

BAIOCCHI, Mari de Nasaré. *Negros de cedro: estudo antropológico de um bairro rural de negros em Goiás*. São Paulo: Ática, 1983.

BRASIL INDÍGENA, Brasília: FUNAI, Ano III, nº 2, maio/junho 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), Grupo de Trabalho Ater. *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural*. Versão final: 25 de maio de 2004. <http://www.pronaf.gov.br/ater/docs.htm>

CAMPOS, C. E. *Mistérios da Chapada dos Veadeiros e alguns problemas brasileiros*. Goiânia: Kelps, 2002.

CAMPOS, Jurema Iara. *Desenvolvimento territorial, história, cultura e tradição: os caminhos do café em Alto Paraíso*. Dissertação (Mestrado em Agronegocios-UnB), 2008.

CARVALHO, G. L. *Entre a pobreza econômica e o patrimônio ambiental/cultural: desafios e possibilidades do turismo no nordeste goiano*. Curitiba: Anais do ENTBL 2004.

DINIZ, J. Experiências estrangeiras. In: FIGUEIREDO, A.; PRESCOTT, E.; MELO, M. F. de. *Integração entre a produção familiar e o mercado varejista: uma proposta*. Brasília: Universa, 2004.

FAVARETO, A. *Paradigmas do desenvolvimento rural em questão*. São Paulo: Iglu: FAPESP, 2007.

GOIÁS. Governo do Estado de Goiás. Gabinete Civil da Governadoria. Superintendência de Legislação. Decreto Nº 5.419, de 07 de Maio de 2001. Disponível em: <http://gabcivil.go.gov.br/decretos/2001/decreto_5.419.htm>. Acesso em: 21 ago 2007a.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBSBAWN, E. Introdução: A invenção das tradições. In: HOBSBAWN, E.; RANGER, T. (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: 2006. Disponível em <www.ibge.gov.br> Acesso em: 29 set de 2006.

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Brasília: 2006. Disponível em <www.ibama.gov.br> Acesso em: 08 nov de 2006.

LEITE, C. A. M.; SILVA, O. M. A demanda de cafés especiais. In: ZAMBOLIM, Laércio. *Café: produtividade, qualidade e sustentabilidade*. Viçosa: UFV, Departamento de Fitopatologia, 2000.

LUNA, R. M. *Marca, certificação de origem e consumidor de café: um estudo de marketing*. Lavras: UFLA, 2001 (dissertação de mestrado em Administração Rural).

NAVARRO, Z., Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Revista de Estudos Avançados* 15 (43), 2001. p. 83-100.

PENTEADO, M. I. de O.; BARROS, L. M. G.; DIAS, T. B.; OLIVEIRA, H. F. F de; TEIXEIRA, M. R. F.; SOLINO, M. A. F.; GOEDERT, C. de O. (org.) *Relatório do plano de desenvolvimento de ações de cidadania e responsabilidade social da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia - 2005*. Brasília: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 2006.

SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. A. (editores técnicos). *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais. Conceitos, controvérsias e experiências*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002.

SCHNEIDER, A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro. In: BOTELHO FILHO, F. B. (org.) *Agricultura familiar e desenvolvimento territorial – contribuições ao debate*. Brasília: Universidade de Brasília. Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados. V.5, n.17, 2005. p. 23-42.

SIQUEIRA, D.; BANDEIRA, L. O misticismo no Planalto Central: Alto Paraíso, o chakra cardíaco do Planeta. Em: DUARTE, L (org). *Tristes Cerrados. Sociedade e biodiversidade*. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SINGER, P. *É possível levar o desenvolvimento a comunidades pobres?* Texto para discussão. Brasília, maio de 2004. (texto digitado)

STEINER, P. *A sociologia econômica*. São Paulo: Atlas, 2006.

THÉVENOT, L. Des marches aux normes. In: ALLAIRE, G., BOYER, R. (eds.) *La grande transformation de l'agriculture: lectures conventionnalistes et régulationnistes*. Paris: INRA-Economica, p.33-51, 1995.

UDRY, M. C. F. V. *Saúde e uso da biodiversidade: caminhos para a incorporação do conhecimento tradicional na política de saúde pública*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. (Tese de Doutorado)

VALCESCHINI, E.; NICOLAS, F. La dynamique de la qualité agro-alimentaire. In: NICOLAS, F.; VALCESCHINI, E. *Agro-alimentaire: une économie de la qualité*. Paris: INRA/Economica, 1995.

VALENTE, A. L. E. F. Desvelar valor: contribuição conceitual ao agronegócio, *Cadernos do CEAM*, nº 21, UnB, 2005, p.63-70.

VEIGA, J. E. *Cidades imaginárias - O Brasil é menos urbano do que se calcula*. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

WILKINSON, J. A pequena produção e sua relação com os sistemas de distribuição. In: FIGUEIREDO, A.; PRESCOTT E.; MELO, M. F. (orgs.) *Integração entre a produção familiar e o mercado varejista - uma proposta*. Brasília: Universa, 2004.